SUMÁRIO

DOUTRINA

ARTIGOS

Gestão de riscos nas contratações públicas: um estudo bibliométrico
Denise Silva Aguiar, Delson Henrique Gomes
A participação das cooperativas nas licitações à luz da Nova Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 Gina Copola33
A impactante Lei nº 14.133/2021: mudanças empreendidas, decisões e práticas consagradas
Graciele Leonhardt, Flávio Ervino Schmidt63
Preço máximo e preço mínimo na Lei nº 14.133/21 Ivan Barbosa Rigolin89
O regime legal emergencial para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 na Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o experimenta-lismo jurídico nas contratações públicas Paulo André Teixeira Hurbano95
Administração pública experimental: licitação e contratação de solu- ções inovadoras
Rafael Carvalho Rezende Oliveira, Thiago Gomes do Carmo

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

ADPF – Lei Municipal nº 1.327/07 e Lei Municipal nº 1.395/08 do
Município de Ariquemes/RO – Parceria público-privada para obras
de infraestrutura e urbanismo – Criação de hipóteses de PPP para
execução de obras públicas desvinculadas de qualquer serviço
público ou social – Impossibilidade – Competência privativa da União
para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação. Arguição
de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 282/RO
Supremo Tribunal Federal149
Mandado de Segurança – Tribunal de Contas da União – Tomada
de Contas Especial – Prescritibilidade da pretensão sancionatória –
Observância da Lei nº 9.873/1999 – Subsistência da decisão agravada.
Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 36.990/DF
Supremo Tribunal Federal159
Recurso Extraordinário – Repercussão geral – Tema nº 1.054 – Controle
externo – Ordem dos Advogados do Brasil – Não sujeição à prestação
de contas perante o Tribunal de Contas da União – Natureza jurídica –
ADI nº 3.026. Recurso Extraordinário nº 1.182.189/BA
Supremo Tribunal Federal221
Direito Administrativo – Inexecução contratual – Quebra de garantia –
Rompimento do nexo de causalidade – Impossibilidade de atribuição
de responsabilidade – Processo Administrativo Sancionador – Penali-
dades anuladas. Apelação Cível nº 5076491-19.2021.4.04.7100/RS
Tribunal Regional Federal da 4ª Região255
Direito Administrativo – Contrato administrativo – Inexecução parcial
– Culpa recíproca – Multa – Inaplicabilidade – Afastamento. Apelação
Cível nº 5008829-63.2020.4.04.7200/SC

CONSULTA

Consulta – Prefeitura municipal – Pagamento de despesas de o	convênio
com recursos próprios do município – Valores além da contr	apartida
pactuada – Atraso na liberação de verbas pelo Governo F	-
Possibilidade de reaver os valores pagos. Processo nº 1119939	
· -	
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	277
EMENTÁRIO	
ADMINISTRATIVO	289
CONCESSÃO E PERMISSÃO	
CONSTITUCIONAL	294
CONTRATO ADMINISTRATIVO	
MANDADO DE SEGURANÇAPENAL E PROCESSUAL PENAL	
PENAL E PROCESSUAL PENAL	299
TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS	
CONSTITUCIONAL	303
CONTRATO ADMINISTRATIVO	
CONTROLE INTERNO E EXTERNO	305
LEGISLAÇÃO COMENTADA	
Comentários e Anotações à Lei de Responsabilidade Fiscal (a	art. 36)
Antônio Flávio de Oliveira	307
INFORMATIVO DE LEGISLAÇÃO	311
INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	313
5	